

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 514159 - RJ (2014/0108510-5)**

**RELATOR : MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

EMBARGANTE : EXPEDITO JOSÉ DA SILVA

ADVOGADOS : AFFONSO JOSÉ SOARES E OUTRO(S) - RJ002428

: FÁBIO DA SILVA MARQUES E OUTRO(S) - RJ141524

SOC. de ADV. : A.J. SOARES E ADVOGADOS ASSOCIADOS

EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR : FLAVIO MARTINS RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ059051

## DECISÃO

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE REJEITADOS.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por EXPEDITO JOSÉ DA SILVA contra decisão que conheceu do Agravo e negou seguimento ao seu Agravo em Recurso Especial, nos termos desta seguinte ementa:

*TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO INTEGRAL PARA FINS DE GARANTIA DA EXECUÇÃO E OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS. REVISÃO QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO DO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA EXCEPCIONAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE (fls. 118).*

2. A parte embargante alega, em síntese, que depositou o montante cobrado na execução, sendo descabida a pretensão de complementação dos valores. Afirma que a decisão embargada não considerou as razões declinadas no seu Apelo Nobre.

3. Impugnação aos embargos às fls. 136/139.

4. É o relatório.

5. Os Embargos de Declaração não merecem

acolhimento, pois a decisão embargada não padece de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, porquanto decidiu toda a questão posta em debate, com a devida fundamentação, coerência e clareza, nos limites necessários ao deslinde do feito.

6. Cumpre esclarecer que o art. 1.022 do Código Fux é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; destinam-se a suprir omissão, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, ou corrigir erro material.

7. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer vício a macular a decisão embargada, que, de forma clara e expressa, decidiu que rever a conclusão do Tribunal de origem, de que não houve o depósito integral do débito, é tarefa que demanda a análise do suporte fático-probatório dos autos, providência vedada em Recurso Especial.

8. Ressalte-se que os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

9. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos e não podem ser ampliados.

10. Pelo exposto, rejeitam-se os Embargos Declaratórios do Contribuinte.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**MINISTRO RELATOR**

